

Israel usou privação à água como arma de guerra em Gaza, diz MSF

Médicos Sem Fronteiras publicou relatório revelador sobre a guerra no Oriente Médio

A organização Médicos Sem Fronteiras (MSF) publicou o relatório “Água como Arma”, em que afirma atestar a instrumentalização, por parte de Israel, do acesso a serviços de água, saneamento e higiene durante a guerra na Faixa de Gaza.

Segundo a ONG, as forças israelenses colocaram em risco “toda a população em Gaza” com três mecanismos: “a destruição e os ataques à infraestrutura; a obstrução do acesso humanitário dentro de Gaza por meio de deslocamentos forçados e restrições à circulação; e o bloqueio ou atraso sistemático de suprimentos essenciais”.

“Grande parte da rede de abastecimento e tratamento de água, incluindo poços e instalações de dessalinização, foi destruída ou ficou inacessível”, diz o relatório. Dados do Banco Mundial, da União Europeia e da ONU apontam que ao menos 89% das infraestruturas relacionadas a esses sistemas foram destruídas ou danificadas.

A MSF atua na região palestina desde antes do 7 de Outubro de 2023, quando o grupo terrorista Hamas atacou Israel e desencadeou a guerra de dois anos em Gaza. As equipes internacionais da MSF continuam no território mesmo com as constantes ordens de retirada por parte das forças israelenses.

Desde outubro de 2025, quando o cessar-fogo atualmente em vigor foi anunciado, o grupo afirma já ter atendido ao menos 15 mil casos de trauma físico apenas nos dois hospitais de campanha que a organização mantém. Segundo os dados da ONG, foram feitos mais de 40 mil curativos em pacientes feridos por traumas violentos, como tiros ou explosões, nesse período.

O relatório publicado nesta terça se baseia em dados médicos coletados nos centros de atenção primária à saúde de Khan Yunis, no sul de Gaza, além de números de abastecimento e de incidentes de segurança da própria organização. A MSF ainda contabilizou as



Dany Awwad via Wikimedia Commons

Acesso à ajuda humanitária vem sendo usado como arma de guerra de Israel na Faixa de Gaza

métricas dos pontos de distribuição de água que manteve em Gaza durante 2025.

O levantamento concluiu que as ações israelenses no território resultaram na inacessibilidade aos sistemas de água e saneamento, o que, segundo o grupo, configura uma “punição coletiva da população de Gaza”. A análise detalhou consequências diretas e os impactos “na saúde, dignidade e segurança” da privação de acesso à água e itens de saneamento e higiene.

Em acusações passadas semelhantes, as Forças Armadas de Israel afirmaram múltiplas vezes que suas tropas miraram instalações do Hamas. O Exército israelense negou repetidamente ter prédios civis como alvo de seus ataques.

A partir de 1.073 entrevistas realizadas de maio a agosto de 2025 período posterior a um cessar-fogo estabelecido de janeiro a março?, a MSF apontou que ao menos 23% das pessoas haviam enfrentado alguma doença gastrointestinal no mês anterior ao levantamento. Segundo a ONG, essas doenças afetaram

uma parcela muito menor da população durante a trégua.

Por outro lado, infecções do trato respiratório superior atingiram pessoas em cerca de 22% dos domicílios de maio a agosto daquele ano, e 27% do final de janeiro a março.

A crise de infraestrutura, segundo o relatório, atinge todo o sistema de água e esgoto de Gaza. “Como os sistemas de saneamento entraram efetivamente em colapso, os banheiros improvisados também levam à infiltração de resíduos humanos, incluindo fezes, nas águas subterrâneas, tornando a água dos poços da região imprópria para consumo.”

Antes da guerra, afirma a ONG, Gaza tinha uma “indústria bem desenvolvida” para a produção de água potável que incluía instalações de osmose reversa para tratar água para consumo. Após o início do conflito e a destruição dessas estruturas, a MSF afirma ter tentado repetidamente entrar com novos materiais do tipo no território.

O documento detalha diversos casos em que as forças israelenses teriam negado ou atrasado a entrada desses equipamentos, sob cir-

cunstâncias de “natureza arbitrária”, sem justificativas plausíveis, diz a ONG. Em outros casos, segundo o relatório, caminhões-pipa e poços de água claramente identificados como sendo da MSF “foram alvo de ataques, muitas vezes durante a distribuição de água à população”.

Em um dos casos descritos, a organização afirma ter reabilitado um poço e instalado uma unidade de osmose reversa para tratamento de água para quase 16 mil pessoas por dia em Rafah, no sul de Gaza.

Como praxe, a MSF diz ter compartilhado as coordenadas e a finalidade da instalação com as forças israelenses, que teriam confirmado o registro em seu sistema. Apesar disso, a organização afirmou que sua equipe foi forçada a deixar a área em março de 2025 e, desde então, não pode mais acessar o local, que permanece sob controle israelense.

“Imagens de satélite mostram que a infraestrutura hídrica da MSF foi completamente destruída, e a região, devastada”, descreve a ONG.

As forças israelenses orquestraram, principalmente nos últimos meses de guerra, uma mo-

vimentação em solo que forçou deslocamentos repetidos à maioria da população de Gaza. Em agosto de 2025, o governo de Binyamin Netanyahu aprovou um plano de ocupação da Cidade de Gaza, região que já estavam confinados quase 50% da população. A operação, segundo Tel Aviv, seria acompanhada do fornecimento de ajuda humanitária à população que estava fora das zonas de combate.

À época, o secretário-geral da ONU, António Guterres, afirmou estar “gravemente alarmado” com o plano, que, segundo ele, representava uma “escalada perigosa” e poderia agravar “as já catastróficas consequências” para milhões de palestinos.

A MSF aponta que no mês seguinte, em setembro de 2025, “a chamada ‘zona humanitária’ para onde toda a população de 2,1 milhões de pessoas foi obrigada a se deslocar tinha apenas 43,3 km² de densidade de 48,5 mil habitantes/km²”. A título de comparação, a densidade populacional da cidade de São Paulo ronda os 7.500 habitantes/km².

A organização lista uma série de demandas urgentes e exorta as autoridades israelenses a atendê-las. Entre elas, pede a suspensão do bloqueio à entrada de equipamentos em Gaza, a facilitação do trabalho de agentes humanitários e o fim dos deslocamentos forçados.

O relatório destaca que “Israel é obrigado, nos termos do direito internacional humanitário, na qualidade de potência ocupante, a garantir que as necessidades básicas da população sejam atendidas e a proteger a infraestrutura civil”.

Aos Estados-membros da ONU, a ONG pede também o apoio nas negociações com autoridades de Israel e o aumento de doações para a reconstrução de infraestruturas essenciais no território.

Por Gabriel Barnabé (Folhapress)

México classifica vira-lata caramelo como raça oficial do país

O cachorro conhecido no Brasil como “vira-lata caramelo” foi classificado oficialmente como raça no México, onde é chamado de “perrito amarillo”. O animal passou a integrar a lista de raças mexicanas ao lado do Xoloitzcuintli, do Chihuahua e do Calupoh.

A decisão foi anunciada pela Procuraduría de Protección al Ambiente del Estado de México e repercutiu entre brasileiros nas redes sociais, com internautas brincando

que o país latino estaria “tomando” um símbolo nacional. Segundo o órgão, a medida simbólica busca incentivar a adoção de cães sem pedigree e chamar atenção para o abandono de animais.

A iniciativa teria sido inspirada em campanhas brasileiras lançadas em 2025 para valorizar o caramelo e estimular a adoção de cães sem raça definida, que costumam ter menos chances de conseguir um lar.

Embora seja tratado popularmente como um “cachorro brasileiro”, o vira-lata caramelo não corresponde a uma raça padronizada e é resultado do cruzamento de diferentes linhagens ao longo do tempo. A proposta mexicana, nesse contexto, tem caráter mais simbólico do que técnico.

Por Victoria Borges (Folhapress)



Divulgação/Netflix

Vira-lata caramelo virou ‘raça oficial’ no México